



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Subsecretaria de Política Fiscal

NOTA TÉCNICA 34/2018

DATA: 11/12/2018

**ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2018 -
5ª Revisão de Receita.**

I – Metas de arrecadação 2018 – Reavaliação das Receitas Ordinárias do Tesouro

Esta nota visa reavaliar as estimativas de receita do Tesouro Estadual em relação à Nota Técnica SUPOF/SEFAZ 29/2018- 4ª Revisão de Receita.

A presente Nota reflete condições mais favoráveis para atividade econômica. Contudo, maior parte do avanço da arrecadação relaciona-se ao aumento previsto para Receita Corrente, sobretudo, advinda de Royalties, ICMS e Dívida Ativa.

Neste contexto, cumpre destacar o desempenho do setor de óleo e gás, que registra ambiente mais profícuo a investimentos. A valorização do preço do petróleo no mercado internacional para os meses de referência do recolhimento de royalties e Participação Especial associado ao real menos valorizado frente ao dólar contribuiu, indubitavelmente, para crescimento projetado da referida receita.

O desempenho do ICMS demonstra, sobretudo, avanço de receitas extraordinárias vinculado à importação de plataformas e à implementação, com relativo êxito, do REFIS – mecanismo que se destina a regularizar créditos decorrentes de débitos relativos a tributos e contribuições administrados pelos órgãos públicos. De semelhante modo, o aumento de receita da Dívida Ativa reflete a entrada de recursos originários do citado programa de refinanciamento de débitos.

As previsões das Receitas Ordinárias do Tesouro objetiva estabelecer com base em método científico a adequação da gestão fiscal, em consonância com a evolução do

cenário econômico e a realização da própria receita. Considera-se, ainda, que a alteração prevista no âmbito da arrecadação do Tesouro parametriza e orienta a liberação de recursos, na busca pelo equilíbrio orçamentário e financeiro. Desta forma, a expectativa de Receita aqui apresentada está pautada nas Receitas Próprias do Estado.

A estimativa de receita das fontes do Tesouro totaliza R\$ 68,6 bilhões. O valor representa um aumento de R\$ 2,2 bilhões em relação à 4ª Revisão de Receita. Neste sentido, observa-se incremento de Receita no tocante à Receita de Royalties e PE (+R\$ 860 milhões em relação à 4ª Revisão). No que tange à Receita Tributária destaca-se o incremento de receita esperado na arrecadação de ICMS e Dívida Ativa, com uma reavaliação de positiva de R\$ 630 milhões e R\$ 750 milhões em cada rubrica, respectivamente, em relação à 4ª Revisão.

Todas as alterações enumeradas serão justificadas de forma mais concisa na seção III desta Nota.

II – Cenário Econômico

Passadas as eleições observou-se, em certa medida, mitigação do nível de incerteza que permeia a economia nacional. Contudo, reformas estruturantes devem ser aprovadas de início pelo próximo Governo para que possibilite retomada consistente da atividade econômica.

O ambiente configura-se mais profícuo à agenda de ajuste fiscal, fundamental para a ancoragem das expectativas e retomada dos investimentos. O início de 2019 deve produzir condições mais favoráveis para os principais indicadores macroeconômicos.

No tocante à economia fluminense, sobreleva-se que a crise fiscal ganhou contornos ainda mais sombrios, o que culminou com a elaboração e posterior homologação do Plano de Recuperação Fiscal.

Neste particular, cabe salientar que., em 2016, com a realização dos Jogos Olímpicos e quadro desfavorável da indústria de óleo gás, associado à gravidade da crise a nível nacional contribuiu para retração aguda da receita estadual.

No entanto, nota-se que a conjuntura econômica atual esboça as primeiras reações e permite vislumbrar cenário mais auspicioso para o ERJ. De certo, há inúmeros obstáculos, sobretudo, no que tange a gestão fiscal que deve ser tratada com adequada efetividade nos próximos anos para que se alcance o reequilíbrio das contas públicas.

Neste sentido, a projeção de crescimento para o ano de 2018 reflete ainda incertezas com relação à efetividade do ajuste fiscal. O crescimento projetado para o Brasil é da ordem de 1,39%, segundo Boletim Focus datado de 23.11.18.

Cumprir destacar que no tocante ao comportamento dos preços, observa-se que ancoragem da taxa de inflação permitiu flexibilização da Política Monetária com redução da taxa básica de juros da economia. Este contexto é imperioso para a retomada do consumo e do investimento no país.

A reforma da previdência continua sendo essencial para o reequilíbrio das finanças públicas, não somente no âmbito nacional, mas também para diversos Estados da Federação. A deterioração fiscal percebida, em especial, no ERJ deve-se, essencialmente, ao aumento relativo aos dispêndios relacionados aos gastos previdenciários.

Em relação ao contexto internacional, nota-se que as tensões comerciais engendradas pelos EUA, na figura do presidente Donald Trump, em relação à China têm contribuído para que se eleve o nível de incertezas na economia global. Ademais, na Europa verifica-se redução no nível de crescimento econômico insuflado pelos riscos associados ao BREXIT – saída do Reino Unido do bloco da União Europeia.

Não menos importante, o aquecimento da economia norte-americana tem elevado expectativas com relação ao aumento mais acelerado das taxas de juros internacionais, que contribui para desvalorização do real frente ao dólar.

Nota-se, que o câmbio médio em outubro de 2018 foi de R\$ 3,76 R\$/US\$ contra R\$ 3,19 R\$/US\$ registrado no mesmo período de 2017. A expectativa do mercado para o ano de 2018 é de um câmbio médio de 3,66 R\$/US\$, segundo boletim Focus datado de 23.11.18.

De acordo com o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), a balança comercial brasileira apresentou de janeiro a outubro de 2018, saldo acumulado de US\$ 58,451 bilhões ante + US\$ 47,636 bilhões, no ano anterior. No tocante à balança comercial fluminense registrou-se um resultado acumulado de janeiro a outubro de 2018 de + US\$ 5.161 bilhões contra um superávit de US\$ 9.547 bilhões no mesmo período do ano anterior.

Com relação à inflação, o IPCA, a nível nacional, registrou um percentual acumulado de janeiro a outubro de 2018 de 3,81% contra 2,21% no mesmo período do ano passado. O Boletim Focus (23/11/2018) prevê que o índice feche o ano de 2018 em 3,94%. A redução sistemática dos preços em geral reflete, ainda, o duradouro e profundo processo recessivo.

No Estado do Rio de Janeiro (ERJ), o IPCA apresentou semelhante comportamento, no período compreendido entre janeiro e outubro de 2018, quando acumulou 3,9%, ante 2,21% em 2017.

Pelo lado da oferta, a indústria brasileira demonstra sinais de recuperação, sobretudo no ERJ. Segundo dados do IBGE, a atividade industrial brasileira em geral de janeiro a setembro de 2018 registrou uma variação percentual acumulada de + 1,9%. No ERJ notou-se uma alta de 3,5%.

Diante da expectativa de uma recuperação gradual da demanda interna, a produção industrial nacional, de acordo com os dados do Boletim Focus (23/11/18), deve fechar o ano de 2018 com um aumento de 2,16%. Segundo o mesmo relatório, espera-se para 2019, crescimento de 3,02%.

O setor de Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias apresenta, ainda, desempenho muito favorável, em linha com as estatísticas relativas ao ano passado. De acordo com dados do IBGE, o referido setor no âmbito nacional obteve uma variação acumulada no período entre janeiro e setembro de 2018 de 16,5%, o ERJ, por sua vez, apresentou comportamento superior, com elevação de 28,6%.

O comércio varejista, por seu turno, demonstra comportamento errático, após prolongado período de retração, o início do ano apresentou sinais de retomada das vendas. Contudo, após a greve dos caminhoneiros, registrada em maio de 2018, os dados indicam crescimento menos consistente. No acumulado do ano (janeiro a

setembro de 2018) o país apresentou crescimento percentual de 2,3%. Com relação ao ERJ, ainda não se verificou retomada substancial da atividade. Desta forma, o aumento acumulado no Estado foi, apenas, de 0,4% (janeiro a setembro de 2018).

O mercado de trabalho no ERJ tem apresentado sinais de estabilização dos indicadores. As estatísticas demonstram que a geração de emprego formal está distante, ainda, do patamar verificado antes da crise econômico-financeira iniciada em 2014. Os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho de outubro de 2018 indicam variação mensal de - 0,03%, fruto da redução líquida de 847 vagas. No ano, o saldo está no campo positivo em 5.539 postos de trabalho, um crescimento de 0,17%, com destaque para o setor de serviços. Os efeitos mais visíveis da aguda recessão, que assolou sobremaneira, o ERJ continua a produzir cenário perturbador para a geração de renda e emprego.

III – Descrição das variações de projeção de Receita do Tesouro:

A Tabela 1 apresenta as novas estimativas de Receitas próprias do Tesouro, que são comentadas item a item em seguida.

Tabela 1- Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2018 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

| Receita* | FR | REVISÃO DE RECEITA | | 5ª Revisão X 4ª Revisão | |
|---------------------------------|-----|--------------------|----------------|-------------------------|---------------|
| | | 4ª Revisão (G) | 5ª Revisão (H) | (H - G) | Δ% (H/G-1) |
| IRRF | 100 | 3.813 | 3.813 | - | |
| IPVA | 100 | 2.852 | 2.826 | - 25 | -0,9% |
| ITD | 100 | 1.148 | 1.075 | - 73 | -6,4% |
| FECF | 122 | 4.792 | 4.765 | - 27 | -0,6% |
| ICMS | 100 | 35.620 | 36.250 | 630 | 1,8% |
| TAXAS | 132 | 30 | 30 | - | |
| Receita Financeira | | 60 | 61 | 0 | 0,4% |
| Royalties & FEP | | 12.465 | 13.325 | 860 | 6,9% |
| FPE | 107 | 1.397 | 1.425 | 28 | 2,0% |
| IPI | 107 | 1.008 | 1.007 | - 1 | -0,1% |
| Lei Kandir | 107 | 84 | 84 | - | |
| CIDE | 126 | 66 | 66 | - 0 | -0,3% |
| FEX | 101 | 68 | 68 | - | |
| Multas e Juros | | 578 | 664 | 86 | 15,0% |
| Dívida Ativa | | 240 | 990 | 750 | 312,7% |
| Dep. Judiciais tributários | 190 | | | - | |
| Ressarcimento de pessoal cedido | | 116 | 113 | - 3 | -2,6% |
| Restituições e Indenizações | | 166 | 162 | - 4 | -2,5% |
| Demais Receitas | 101 | 15 | 12 | - 3 | -22,5% |
| Alienação de Bens | 133 | - | - | - | |
| Outros | | 102 | 100 | - 1 | -1,4% |
| Subtotal 1 | | 64.619 | 66.836 | 2.217 | 3,4% |
| Salário Educação | 105 | 399 | 375 | - 24 | -6,1% |
| Operações de Crédito | 111 | 1.378 | 1.378 | - | |
| Subtotal 2 | | 1.777 | 1.753 | - 24 | -1,4% |
| TOTAL GERAL | | 66.396 | 68.589 | 2.193 | 3,3% |

*Receita Bruta (com FUNDEB & Transferências aos Municípios)

1. **ICMS** – Reavaliado em R\$ 36,3 bilhões, projetando-se crescimento nominal de 1,8% (+R\$ 630 milhões), em relação à 4ª Nota de Revisão de Receita. O esperado aumento da Receita de ICMS é resultado de importação de plataformas ligadas ao setor de óleo e gás, bem como a entrada de recursos relacionados ao REFIS – R\$ 420 milhões, mecanismo que se destina a regularizar créditos decorrentes de débitos relativos a tributos e contribuições administrados pelos órgãos públicos. Adicionalmente, a retomada da economia impulsionou, em certa medida, a arrecadação de ICMS.

2. **Dívida Ativa** – Alterado em mais R\$ 750 milhões face à 4ª Nota de Revisão de Receita. A Dívida Ativa deve alcançar o montante de R\$ 990 milhões no ano de 2018 decorrente dos resultados produzidos pela implementação do REFIS.

3. **Royalties** – Estima-se que a receita de Royalties e Participações Especiais seja R\$ 860 milhões maior em relação à 4ª Nota de Revisão de Receita. A nova receita esperada para o exercício (R\$ 13,33 bilhões) tem os parâmetros de Brent médio 2018 de US\$ 71 e Câmbio R\$/US\$ 3,56. Associa-se a esses parâmetros o crescimento de produção, já considerado o novo preço referência, conforme Resolução ANP nº 703/17. Com base nessas variáveis, estima-se que caberá ao Rioprevidência R\$ 10,6 bilhões desta receita, o que representa 80% das Participações Governamentais do Estado nesse período.

Cabe citar que, com relação ao repasse ao FISED, foram efetuados três repasses ao Fundo durante o exercício de 2018, totalizando R\$ 319,8 milhões, valor referente à receita de janeiro a setembro de 2018. O montante relativo ao último trimestre será destinado ao Fundo em janeiro de 2019, conforme dispõe o artigo 4º do Decreto 43.996 de 2012 que dispõe sobre a metodologia de cálculo para apuração do valor a ser destinado ao FECAM extraído da camada do pré-sal que, por analogia, norteia os repasses ao FISED.

Tabela 2

| ROYALTIES | | Revisão 4 | Revisão 5 |
|------------------|------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | 12.464.530.176 | 13.324.675.422 |
| | Tranferências aos Municípios | 584.564.363 | 607.590.038 |
| | PASEP | 118.799.658 | 127.170.854 |
| Fonte 104 | FECAM* | 593.998.291 | 635.854.269 |
| | FISED (FR 103)** | 319.785.508 | 412.978.056 |
| | Indenização a União | 914.859.287 | 914.859.288 |
| Fonte 231 | RIOPREVIDÊNCIA* | 9.932.523.069 | 10.626.222.917 |

* Incluído valor apurado de DRE relativo ao FECAM

** Lei Complementar nº178 de 2017

Tabela 3 - Reestimativa de Receita Tesouro 2018 - Por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

| Receita** | FR | 4ª Revisão (G) | 5ª Revisão (H) | 5ª REVISÃO X 4ª REVISÃO | |
|---------------------------------------|------------|-------------------|----------------|----------------------------|---------------|
| | | | | (H-G) | Δ% (H/G-1) |
| IRRF | 100 | 3.813 | 3.813 | | |
| IPVA | 100 | 2.852 | 2.826 | (25) | -0,9% |
| ITD | 100 | 1.148 | 1.075 | (73) | -6,4% |
| ICMS | 100 | 35.266 | 35.875 | 609 | 1,7% |
| Multas e Juros | 100 | 550 | 634 | 85 | 15,4% |
| Dívida Ativa | 100 | 212 | 888 | 676 | 318,1% |
| Receita Financeira | 100 | - | - | | |
| Restituições | 100 | - | - | | |
| TOTAL | 100 | 43.841 | 45.112 | 1.271 | 2,9% |
| Receita Financeira | 101 | 55 | 55 | | 0,5% |
| Demais Transf. União | 101 | 68 | 68 | | |
| Multas e Juros | 101 | 4 | 4 | | 12,8% |
| Indenizações e Restituições | 101 | 166 | 162 | (4) | -2,5% |
| Demais Receitas | 101 | 15 | 12 | (3) | -22,5% |
| Dívida Ativa | 101 | 17 | 19 | 2 | 11,8% |
| Demais Receitas | 101 | 97 | 95 | (2) | -1,7% |
| TOTAL¹ | 101 | 421 | 415 | (6) | -1,5% |
| FEEF | 102 | 354 | 375 | 21 | 6,0% |
| Multas e Juros | 102 | 5 | 6 | 1 | 20,0% |
| TOTAL | | 359 | 381 | 22 | 6,2% |
| Royalties | 103 | 320 | 413 | 93 | 29,1% |
| Royalties | 104 | 2.212 | 2.285 | 73 | 3,3% |
| Royalties | 231 | 9.933 | 10.626 | 694 | 7,0% |
| TOTAL | | 12.465 | 13.325 | 860 | 6,9% |
| Salário Educação | 105 | 399 | 375 | (24) | -6,1% |
| Outros | 105 | 4 | 4 | | |
| TOTAL | 105 | 403 | 379 | (24) | -6,0% |
| FPE | 107 | 1.397 | 1.425 | 28 | 2,0% |
| IPI | 107 | 1.008 | 1.007 | (1) | -0,1% |
| Lei Kandir | 107 | 84 | 84 | | |
| Outros | 107 | 0 | 0 | | 1,4% |
| TOTAL | 107 | 2.489 | 2.516 | 27 | 1,1% |
| Ressarcimento de Pessoal Cedido | 120 | 26 | 28 | 2 | 7,8% |
| Ressarcimento de Pessoal Cedido Intra | 120 | 90 | 85 | (5) | -5,6% |
| Total | 120 | 116 | 113 | (3) | -2,6% |
| FECP | 122 | 4.792 | 4.765 | (27) | -0,6% |
| Multas e Juros | 122 | 19 | 20 | | 2,6% |
| Dívida Ativa | 122 | 11 | 83 | 73 | 690,5% |
| TOTAL | 122 | 4.822 | 4.868 | 46 | 0,9% |
| CIDE | 126 | 66 | 66 | () | -0,3% |
| outros | 126 | 0 | 0 | () | -3,2% |
| TOTAL | 126 | 66 | 66 | () | -0,3% |
| Taxas | 132 | 30 | 30 | | |
| Multas e Juros | 132 | - | - | | |
| TOTAL | 132 | 30 | 30 | | |
| Alienações | 133 | - | - | | |
| Outros | 195 | 5 | 5 | 0 | 4,1% |
| Outros | 111 | 1.379 | 1.379 | 0 | 0,0% |
| Total Geral | | 66.396 | 68.589 | 2.193 | 3,3% |

* Receitas de Capital

**Receita Bruta (com FUNDEB)

IV – Cronograma de entrada de receitas¹.

Segue abaixo a previsão de realização bimestral das receitas gerenciadas pela UGE 9999 – Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, conforme Tabela 1 desta Nota.

Tabela 4 – Cronograma Bimestral por Rubrica de Receita e Fonte de Recursos

Em mil R\$

| ORIGEM DA RECEITA | FR | 1º BIMESTRE** | 2º BIMESTRE** | 3º BIMESTRE** | 4º BIMESTRE** | 5º BIMESTRE** | 6º BIMESTRE | TOTAL |
|--|-----|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| 11 RECEITA TRIBUTÁRIA | 100 | 8.683.288 | 7.134.547 | 6.528.165 | 7.690.708 | 6.531.191 | 8.502.190 | 45.070.089 |
| | 102 | 69.568 | 50.615 | 57.924 | 55.947 | 80.979 | 66.330 | 381.363 |
| | 122 | 820.592 | 775.150 | 772.124 | 831.031 | 754.354 | 914.544 | 4.867.795 |
| | 132 | 3.905 | 4.900 | 3.529 | 3.467 | 3.614 | 10.584 | 30.000 |
| 13 RECEITA PATRIMONIAL | 100 | - | - | - | - | - | - | - |
| | 101 | 79.947 | 14.422 | 14.221 | 8.088 | 21.805 | 7.485 | 145.969 |
| | 103 | - | - | 92.869 | 103.889 | - | 216.220 | 412.978 |
| | 104 | 1.242.218 | 99.159 | 237.263 | 329.866 | 117.184 | 259.784 | 2.285.474 |
| | 105 | 385 | 796 | 756 | 809 | 766 | 724 | 4.237 |
| | 107 | - | - | 15 | 7 | 4 | 0 | 26 |
| | 111 | 561 | 155 | 79 | 157 | 104 | 82 | 1.139 |
| | 126 | 120 | 18 | 62 | 70 | 44 | 86 | 400 |
| | 231 | 945.154 | 685.101 | 2.304.289 | 2.917.195 | 651.820 | 3.122.663 | 10.626.223 |
| 16 RECEITA DE SERVIÇOS | 101 | 258 | 572 | 228 | 504 | 193 | 745 | 2.500 |
| | 195 | 1.769 | 411 | 319 | - | 2.333 | 368 | 5.200 |
| 17 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 101 | - | - | - | - | - | 68.418 | 68.418 |
| | 105 | 78.681 | 57.729 | 56.272 | 56.320 | 56.751 | 69.248 | 375.000 |
| | 107 | 474.628 | 387.811 | 459.176 | 371.335 | 355.145 | 467.647 | 2.515.741 |
| | 126 | 20.797 | 17.986 | - | 17.938 | 9.052 | - | 65.773 |
| 19 OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 100 | 9.093 | 4.909 | 6.742 | 6.860 | 6.710 | 7.686 | 42.000 |
| | 101 | 9.804 | 16.702 | 8.100 | 128.420 | 13.259 | 20.213 | 196.498 |
| | 120 | 5.464 | 3.869 | 3.756 | 5.508 | 5.765 | 3.138 | 27.500 |
| 21 OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 111 | 900.000 | 23.604 | 13.077 | 42.405 | 41.396 | 357.246 | 1.377.729 |
| 23 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS | 195 | - | - | - | - | 13 | - | 13 |
| 79 INTRAORÇAMENTÁRIA OUTRAS CORRENTES | 101 | 127 | 550 | 239 | 201 | 182 | 205 | 1.504 |
| | 120 | 18.687 | 20.095 | 6.512 | 13.501 | 17.052 | 9.153 | 85.000 |
| Total Fontes de Recursos do Tesouro | | 13.365.048 | 9.299.102 | 10.565.717 | 12.584.225 | 8.669.715 | 14.104.761 | 68.588.568 |

* Apenas UGE 999900.

** Valores já realizados.

¹ Receita Bruta (Com FUNDEB)

VI- Conclusão

A presente Nota visa alinhar a previsão da Receita do Tesouro Estadual vis-à-vis a alteração da conjuntura econômica e a evolução da própria arrecadação realizada no ano de 2018. Suscita-se, ainda, que os ajustes, sobretudo, da Receita Corrente refletem os resultados da arrecadação percebida para Royalties, ICMS e Dívida Ativa no âmbito do ERJ.

Convém salientar, que as Receitas, em destaque, obtiveram resultados mais favoráveis, em razão da valorização do petróleo no mercado internacional, bem como implementação do REFIS. Neste sentido, registra-se que as referidas receitas não devem, necessariamente, repetir o desempenho ora percebido.

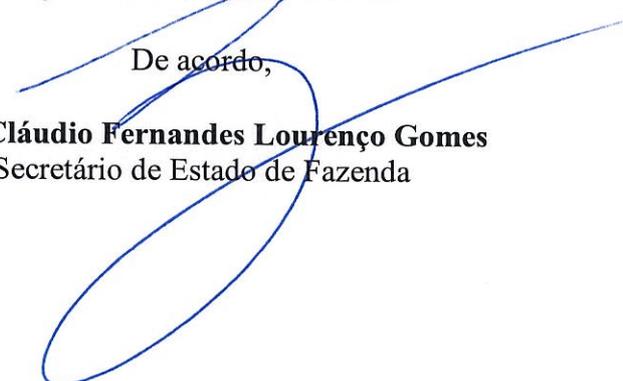
Em relação aos valores atribuídos nesta Nota propõe-se a alteração da Receita por motivos elucidados anteriormente e que afetam diretamente o equilíbrio orçamentário e financeiro e, por conseguinte orientam a adequação e gerenciamento ativo do orçamento, a fim de mitigar riscos e aperfeiçoar o controle estatal sobre as finanças estaduais.

Por fim, esta Nota tem o condão de atribuir receitas asseguradas. Neste particular, iniciativas em curso que resultem em aumento da arrecadação, mas que, ainda, não foram efetivadas, está propositalmente excluído da atual projeção de receita, de sorte que coadune com o princípio da prudência e conservadorismo nas projeções de orçamento.


Raphael Phillippe dos Santos Lopes Leal de Moura
Superintendente de Relações Federativas e Transparência Fiscal


Josélia Castro de Albuquerque
Subsecretária de Política Fiscal

De acordo,


Luis Cláudio Fernandes Lourenço Gomes
Secretário de Estado de Fazenda